

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 10.424 - DF
(2007/0182630-0)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO
ESTADO DE RONDÔNIA - SINDSEF/RO
ADVOGADO : ELTON JOSÉ ASSIS E OUTRO(S) - RO000631
EXECUTADO : UNIÃO
INTERES. : MARIA ALICE DE FREITAS DIAS
INTERES. : MARIA ALICE BOTELHO DE LIMA
INTERES. : MARIA ANA DE SOUZA
INTERES. : MARIA ANTÔNIA DA COSTA
INTERES. : MARIA ANTÔNIA DIAS DE OLIVEIRA
INTERES. : MARIA ANTÔNIA FERREIRA FRANCISCO
INTERES. : MARIA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES
INTERES. : MARIA APARECIDA DE ÁVILA OLIVEIRA
INTERES. : MARIA APARECIDA DE LIMA DOS SANTOS
INTERES. : MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA PINTO
INTERES. : MARIA APARECIDA DOS REIS DOMINGUES
INTERES. : MARIA APARECIDA RODRIGUES
INTERES. : MARIA ARLETE BOAVENTURA
INTERES. : MARIA AUGUSTA ANDRADE DOS SANTOS
INTERES. : MARIA AUREA DE OLIVEIRA
INTERES. : MARIA AUREA FREITAS
INTERES. : MARIA AUXILIADORA BRITO COSTA
INTERES. : MARIA AUXILIADORA DA SILVA WANDERLEY
INTERES. : MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS
INTERES. : MARIA AUXILIADORA FERREIRA DA SILVA
INTERES. : MARIA AUXILIADORA FREIRE
INTERES. : MARIA BERNADETE VIANA MONTEIRO
INTERES. : MARIA BERNARDINA COLLARES LOUZADA
INTERES. : MARIA BERNARDINA DE LIMA
INTERES. : MARIA BRASILINA AZEVEDO

DECISÃO

Apresentados os cálculos pela Coordenadoria de Execução Judicial, elaborados com base no julgamento dos embargos, foram expedidas as requisições de pagamento (fl. 247), exceto em relação a MARIA AUREA FREITAS, por divergência de nome (fl. 248).

Intimada a regularizar a divergência (fl. 188), transcorreu o prazo sem manifestação em relação a essa substituída.

É o relatório.

Com a expedição das requisições de pagamento, ocorreu o

Superior Tribunal de Justiça

esgotamento da prestação jurisdicional.

A resolução da pendência nestes autos depende de diligência da parte interessada em esclarecer a situação narrada à fl 248 e em apresentar documento que justifique a divergência de nome indicada pela CEJU.

Diante do exposto, **determino o arquivamento** dos autos com a ressalva de que poderão ser reativados desde que a parte apresente a documentação necessária no prazo legal.

Havendo o julgamento definitivo do RE 870.947/SE pelo STF, assim como já consignado na decisão de fls. 278-279, os valores bloqueados relativos à diferença entre índices de correção monetária poderão ser levantados, se for o caso

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção